

CADERNO TEMÁTICO

BUSCA ATIVA ESCOLAR

**EXCLUSÃO ESCOLAR
E VIOLÊNCIA NO
TERRITÓRIO: COMO
AGIR A PARTIR DA
ESTRATÉGIA BUSCA
ATIVA ESCOLAR**

PALAVRA DO UNICEF E DA UNDIME

Olá, esta publicação é para você, que integra o Comitê Gestor da Busca Ativa Escolar e está empenhado(a) em colaborar para assegurar o retorno, a permanência, a aprendizagem e o fortalecimento da trajetória escolar de crianças e adolescentes, garantindo o direito fundamental à Educação. Afinal, Fora da Escola Não Pode!

A experiência da Busca Ativa Escolar mostra que são múltiplos os fatores que podem determinar uma situação de exclusão e de abandono escolar e que eles não estão isolados. Além das condições socioeconômicas, territoriais, familiares - infelizmente, e não incomum - ocorrem violações de direitos e violências que impactam a vida de meninas e meninos desde o início da vida. Por isso, as ações do Comitê Gestor devem estar pautadas em um diagnóstico territorial que identifique as principais causas da exclusão e do abandono escolar.

Neste documento, disponibilizamos informações, recomendações e

orientações que te ajudarão a fazer parte da solução de um problema que somente será resolvido por meio de um trabalho coletivo, articulado e dialogado. Esse envolvimento de pessoas, instituições e autoridades atuantes em diferentes áreas da rede de promoção e de proteção dos direitos da criança e do(a) adolescente possibilita o trabalho interdisciplinar e intersetorial necessário para a mudança social que se requer.

Falamos do envolvimento de uma diversidade de agentes públicos e sociais de diferentes órgãos: prefeitos(as), secretários(as) de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Obras, Segurança Pública, Planejamento, entre outros, assim como as equipes técnicas dessas secretarias, Conselho Tutelar, Conselhos de Políticas Públicas, com destaque para o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de representantes de organizações da sociedade civil, de associações de bairro, lideranças comunitárias etc. Juntos(as), esses agentes são capazes de promover ações integradas e eficazes para a proteção, a (re)matrícula, a

(re)integração e a permanência de crianças e adolescentes que estão fora da escola e fortalecer a trajetória escolar daqueles(as) que estão em risco de evasão.

A estratégia Busca Ativa Escolar tem centrado esforços a fim de que municípios e estados ampliem a identificação e o atendimento a meninas e meninos que estão fora da escola ou em risco de abandono por motivos relacionados às violências. Só assim será possível construir uma Educação

que Protege e que promove direitos.

Este documento introduz uma série de Cadernos Temáticos que irão aprofundar essa iniciativa. Eles irão te ajudar a melhor caracterizar, identificar e conduzir os casos de exclusão e abandono escolar relacionados às violências, organizando os fluxos de atendimento por meio das políticas públicas existentes.

Bom trabalho e mãos à obra!

UNICEF e Undime

PALAVRA DA AVANTE



Clique aqui

Busca Ativa Escolar: Causas da Exclusão Escolar

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e de variadas facetas, que causa danos e impactos negativos no seu desenvolvimento integral, chegando a ser uma das causas de exclusão escolar. Contribuir para a formação do(a) cidadão(ã), pela educação, visando à defesa dos direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil, é missão da Avante - Educação e Mobilização Social. Por isso, foi com imenso prazer que nos envolvemos na elaboração das recomendações contidas neste documento do UNICEF e da Undime, no contexto da estratégia Busca Ativa Escolar e da iniciativa Educação que Protege.

Este material partiu da análise sobre três temas que ampliam o risco de levar crianças e adolescentes a estarem fora da escola: trabalho infantil, violência doméstica e violência nos territórios, para os quais contamos com a participação de especialistas, que se engajaram na produção de cadernos temáticos. A partir da reflexão em torno desses temas, identificamos a oportunidade de organizar um Caderno Central, com orientações válidas para a abordagem das causas rela-

cionadas às violências como um todo na Busca Ativa Escolar e, com isso, apoiar as equipes da estratégia.

O conteúdo reunido tem por referência os aprendizados de sete anos da Busca Ativa Escolar e resulta da consulta a materiais de referências e pesquisas recentes, além de relatórios de projetos da Avante com escuta e participação de crianças e adolescentes. Damos destaque para uma rica etapa de escuta de interlocutores responsáveis por implementar a estratégia Busca Ativa Escolar nos municípios. Ou seja, dialogamos com quem está nos territórios, considerando toda sua diversidade, vivenciando e enfrentando os desafios e compartilhando as boas práticas. Assim como você.

Percebemos que trabalhar em conjunto, como sempre, fortalece e facilita o alcance dos objetivos. Esperamos que este material estimule a atuação em rede dos serviços nos municípios e estados, ajudando a fortalecer o trabalho das equipes numa perspectiva intersetorial, para a consolidação da Educação como direito fundamental, comprometida com a proteção das crianças e adolescentes contra todas as formas de violências.

Equipe Avante

EXCLUSÃO ESCOLAR E VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO: COMO AGIR A PARTIR DA BUSCA ATIVA ESCOLAR?

Dentre as inúmeras causas para crianças e adolescentes estarem fora da escola ou em risco de abandoná-la, um fator geralmente normalizado ou negligenciado é a **violência no território**. Esse tipo de violência é muitas vezes associado à violência armada, porém, não se limita a ela nem aos grandes centros urbanos. Comunidades rurais, indígenas e tradicionais também são afetadas por esse fenômeno, com características particulares em cada caso. Além disso, sua ocorrência pode se dar **nas proximidades da escola, no trajeto até ela ou na região onde a criança ou adolescente reside**, impedindo sua frequência escolar.

Ainda que subestimada ou não tão evidente em determinados contextos, a violência no território desempenha um papel significativo na exclusão escolar e no risco de abandono da escola. Por isso, este caderno temático convida as equipes da Busca Ativa Escolar a olhar com atenção esse fenômeno, a fim de avaliar o quanto ele pode impactar negativamente a trajetória escolar de meninos e meninas. Desse modo, será possível construir o Plano de Ação e fluxos de atendimento sensíveis às relações entre exclusão escolar e risco de abandono da escola e a violência no território, com potencial para transformar essa realidade.



O território não é violento, o território é violentado.

Fala de conselheiro tutelar do Complexo da Maré (RJ) registrada na publicação *Perspectivas para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré na pandemia* (Observatório de Favelas, 2021). Acesse a publicação pelo link a seguir:

PDF[Clique aqui](#)

PARTICULARIDADES DE CADA CONTEXTO

O quadro a seguir traz algumas das principais manifestações da violência no território, considerando diferentes contextos:



Centros urbanos

Conflitos armados entre organizações criminosas (facções e milícia)

Operações policiais

Violência policial (abuso de autoridade, brutalidade policial, corrupção)

Invasão de casas e escolas (por organizações criminosas e pela polícia)

Venda de drogas em locais próximos a moradias e escolas

Furtos, roubos, homicídios e ameaças

Violência sexual (assédio e violência sexual contra mulheres e meninas)

Fronteiras simbólicas no território (determinadas por organizações criminosas rivais, facções rivais, milícias etc.)

Falta de infraestrutura e de recursos

Mudança de endereço/ Deslocamento forçado



Zona rural/campo

Conflitos agrários e fundiários (disputas por terras e recursos naturais)

Violência contra trabalhadores(as) rurais (exploração, condições precárias)

Violência ambiental (degradação do meio ambiente, exploração ilegal de recursos, conflitos por recursos, grilagem de terras, queimadas ilegais, exploração de madeira, garimpo e mineração ilegal)

Furtos, roubos, homicídios e ameaças

Violência sexual (assédio e violência sexual contra mulheres e meninas)

Fronteiras simbólicas no território (determinadas por organizações criminosas rivais, facções rivais, milícias etc.)

Falta de infraestrutura e de recursos

Deslocamento forçado



Comunidades indígenas e tradicionais

Violência territorial e cultural (invasão e desapropriação de terras, destruição de modos de vida e culturas)

Conflitos com grupos econômicos (proprietários de terras, garimpeiros e narcotráfico)

Violência ambiental (degradação do meio ambiente, exploração ilegal de recursos, conflitos por recursos, grilagem de terras, queimadas ilegais, exploração de madeira, garimpo e mineração ilegal)

Ausência de direitos básicos

Furtos, roubos, homicídios e ameaças

Violência sexual (assédio e violência sexual contra mulheres e meninas)

Fronteiras simbólicas no território (determinadas por organizações criminosas rivais, facções rivais, milícias etc.)

Falta de infraestrutura e de recursos

Deslocamento forçado

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO

Para compreender a violência no território, também é preciso considerar as experiências de crianças e adolescentes negros(as), indígenas e de outras comunidades tradicionais e originárias, reconhecendo que a violência os(as) atinge de forma desigual.

Nos centros urbanos, por exemplo, os **meninos negros** podem ser mais frequentemente abordados pela polícia de maneira injusta e discriminatória, além de serem as maiores vítimas de **Mortes Violentas Intencionais (MVI)**. É importante destacar, ainda, que abordagens abusivas e preconceituosas podem gerar medo

e desconfiança nas relações com a polícia, além de afetar a autoestima e a saúde mental.

Além disso, a violência nem sempre se manifesta através de atos diretos, como agressões físicas ou a presença de tráfico armado e da violência policial. Ela também pode ser sutil, infiltrando-se na forma como as crianças e adolescentes **percebem e vivenciam seu cotidiano**. Por exemplo, não há somente o medo de ser assaltado, mas de toda a violência que esse ato pode envolver, o que pode ter implicações no bem-estar emocional das crianças e adolescentes, ocasionando **ansiedade e estresse crônico**.

Mortes Violentas Intencionais (MVI): “categoria que agrega os seguintes tipos de crime: homicídio doloso; feminicídio; latrocínio (roubo seguido de morte); lesão corporal seguida de morte; e mortes decorrentes de intervenção policial (em serviço e fora dele)”. Essa definição consta no *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil 2021-2023*, publicação de 2024 do UNICEF e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Acesse pelo link a seguir:

PDF

[Clique aqui](#)

Andar a pé é ruim porque é perigoso, você pode ser assaltado.

Escuta de crianças, com registro no caderno *Vozes das Crianças: o que elas pensam e querem para a cidade de Salvador*, publicado pela Avante (2016). Disponível no link a seguir:

PDF

[Clique aqui](#)

VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO E EXCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Para analisar de que forma a violência no território aumenta a probabilidade de exclusão escolar e o risco de

evasão, é interessante considerar o que algumas pesquisas têm demonstrado sobre o assunto:



Com frequência, crianças e adolescentes já tiveram aulas canceladas por motivos de tiroteios ou confusão na rua¹.



Muitas vezes, o problema não está no território da escola. Meninos e meninas já deixaram de ir à escola por não se sentirem seguros no trajeto².



Ao justificarem os motivos pelos quais evadiram da escola, algumas crianças e adolescentes mencionam a violência em sua região, conflitos com a lei ou autoridades, e casos de violência dentro do ambiente escolar. É importante notar que outras razões para a evasão escolar – como problemas com colegas ou professores(as), mudanças frequentes de endereço ou sensação de falta de acolhimento na escola – podem esconder casos de evasão por causa da violência no território³.

Para refletir



Como essas situações se expressam na realidade do seu município / estado? Conhece outros dados e estudos relevantes para compreender os impactos da violência no território para a exclusão escolar e o risco de evasão?

1 - Dado da publicação *O que dizem as crianças? Uma consulta sobre violência a partir da percepção de crianças e adolescentes*, publicado pelo Instituto Igarapé e pela Visão Mundial em 2016. Disponível pelo link a seguir:

[Acesse aqui!](#)

2 - Mais informações na *Pesquisa nacional de saúde do escolar: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental – municípios das capitais: 2009/2019*, realizada pelo IBGE, com publicação em 2022. Disponível pelo link a seguir:

[Acesse aqui!](#)

3 - *Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes*, documento publicado em 2022, com síntese de pesquisa realizada pelo Ipec e pelo UNICEF, reúne dados sobre razões para o abandono escolar. Disponível no link a seguir:

[Acesse aqui!](#)

Para compreender melhor a realidade do município / estado

Para planejar as ações da Busca Ativa Escolar, é importante avaliar se o município / estado possui **dados sistematizados** sobre violência no território e se esses dados são compartilhados entre as diferentes áreas (Assistência Social, Saúde, Educação e Conselho Tutelar, por exemplo). Além disso, é importante averiguar se os dados estão classificados por localidade, gênero, idade, raça/etnia, nível socioeconômico familiar, entre outros fatores. Nesse processo de **levantamento de informações**, é importante considerar sempre as violências explícitas e implícitas.

É interessante compreender, por exemplo, quais são as **principais manifestações** de violência no território do município / estado que podem contribuir para a exclusão escolar e o risco de abandono da escola. Além disso, existem

áreas específicas do território onde a violência é mais presente? E quais são os **grupos mais vulneráveis** à violência no território? Isso inclui crianças e adolescentes de comunidades rurais, indígenas, tradicionais ou outros grupos específicos?

Informações como essas podem ser encontradas em plataformas como as do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (Sinan), Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), Disque 100 e Censo Escolar. Entidades voltadas à infância e à adolescência e à segurança pública também podem ser **fontes**

relevantes. Além disso, o **Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente** pode ser um importante parceiro da Busca Ativa Escolar, não só para o levantamento de informações, mas nas várias etapas da estratégia.

Painel de dados UNICEF: principais dados públicos brasileiros sobre educação; saúde; violência contra crianças e adolescentes; água, saneamento e higiene; e participação eleitoral de adolescentes.



[Clique aqui](#)

Observatório da Criança e do Adolescente: reúne indicadores em dezenas de categorias, trazendo, por exemplo, mais de 40 indicadores sobre violência.



[Clique aqui](#)

Observatório do Marco Legal da Primeira Infância: dados relevantes para a garantia dos direitos das crianças com idade de 0 a 6 anos.



[Clique aqui](#)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública: responsável pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* e pelo *Atlas da Violência*, disponíveis na aba "Publicações".



[Clique aqui](#)

Rede de Observatórios de Segurança Pública: dados e relatórios sobre violência em nove estados (AM, BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ e SP).



[Clique aqui](#)

BUSCA ATIVA ESCOLAR: CONSIDERAR A VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DESDE O PLANO DE AÇÃO

Como dito no início, a violência no território é, muitas vezes, subestimada, naturalizada ou não tão evidente em certos contextos. Por isso, ao elaborar o Plano de Ação da Busca Ativa Escolar do município / estado, é importante prever ações a serem realizadas em parceria com órgãos e profissionais que atuam mais diretamente com o tema. Também é válido considerar a inclusão desses órgãos e profissionais no Comitê Gestor operacional ou no Comitê ampliado da Busca Ativa Escolar. Algumas ações essenciais são:



Promover a **conscientização** e a **sensibilização** da comunidade, de profissionais e de gestores(as) públicos(as) sobre a relação entre a violência no território e a exclusão escolar / risco de evasão.



Capacitar a equipe da Busca Ativa Escolar, incluindo a identificação das diferentes manifestações de violência no território e a compreensão sobre como elas se relacionam com desigualdades sócio-econômicas.



Organizar como será o **fluxo de atendimento** dos casos de suspeitas ou confirmação de violências – incluindo a violência no território –, mesmo que não haja risco iminente de exclusão escolar. Isso deve ser feito com atenção ao fluxo da Lei 13.431/2017.

SAIBA MAIS

LEI 13.431/2017

No Brasil, a Lei 13.431/2017 organiza o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência. Junto com o decreto que a regulamenta (9.603/2018), essa lei cria mecanismos para evitar a revitimização e a exposição das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, assim como para assegurar mecanismos para a superação das consequências da violação sofrida ou testemunhada.

Nas páginas 15 e 16 deste caderno, confira uma síntese dos fluxos da Busca Ativa Escolar e do atendimento conforme a Lei 13.431, para pensar em como integrá-los.

Para saber mais sobre a integração entre a Lei 13.431 e a Busca Ativa Escolar, acesse o caderno central desta série.

[Clique aqui](#)

Cuidar das equipes

Lidar com o tema das violências é complexo e exige muito das equipes envolvidas. Elas podem **encontrar barreiras** na intervenção direta em relação às causas estruturais da violência no território, como a ausência de serviços básicos. É compreensível que essas limitações possam gerar frustração, porém, é fundamental ressaltar e valorizar o importante papel que as equipes desempenham.

No Plano de Ação, deve-se prever capacitação adequada e **espaços de diálogo** para compartilhar experiências e buscar **soluções conjuntas**. O cuidado com os(as) profissionais contribui para fortalecer sua atuação e manter o

comprometimento com a Busca Ativa Escolar, mesmo diante dos desafios enfrentados.

É preciso ainda **incluir a Segurança Pública no debate**. Isso não implica a presença de policiais dentro das escolas e do Comitê Gestor. Tampouco atribuir exclusivamente à Segurança Pública a responsabilidade pela violência. No entanto, é essencial reconhecer que abordar efetivamente a exclusão escolar e o risco de abandono da escola causados pela violência requer a colaboração de todos os setores das políticas públicas. A busca por soluções deve ser conjunta e baseada nos princípios dos Direitos Humanos.

A publicação *A polícia que dá certo - experiências vencedoras do Prêmio Polícia Cidadã* traz bons exemplos de integração da Segurança Pública com outras áreas e com as comunidades na busca conjunta por soluções para a violência:

PDF

[Clique aqui](#)

Para refletir



Quais são as principais barreiras que as equipes da Busca Ativa Escolar encontram ao lidar com as causas estruturais da violência no território?

De que forma podemos fortalecer o papel dos(as) profissionais envolvidos na Busca Ativa Escolar, para que possam identificar e abordar adequadamente as diversas formas de violência que ocorrem no território?

IDENTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS E PACTUAÇÃO DE FLUXOS

A integração entre os diferentes serviços e a criação de fluxos pactuados são essenciais para que a estratégia Busca Ativa Escolar atinja seu propósito. Para realizar essa articulação intersetorial, saiba quais são os órgãos e serviços importantes quando o assunto é violência no território:

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é um órgão autônomo e permanente, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com a missão de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. Dentro do fluxo da Busca Ativa Escolar, o Conselho Tutelar pode desempenhar funções específicas e complementares à de outros órgãos e entidades envolvidos na proteção integral de crianças e adolescentes, como: **acompanhar os casos** de suspeita ou confirmação de violação de direitos; **atuar junto às famílias**, orientando e encaminhando para serviços de Assistência Social, Saúde, Educação e outros; **encaminhar denúncias** às autoridades competentes, como o Ministério Público e o Poder Judiciário. É também por meio do Conselho Tutelar ou dos órgãos da Justiça que se deve acionar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), nos casos em que for necessário.

Justiça e Segurança Pública

Ao se alinharem com outros setores e com a comunidade, a Justiça e a Segurança Pública têm a capacidade de criar ambientes mais seguros, mitigando os fatores que levam à exclusão escolar e ao risco de abandono da escola e fortalecendo a rede de proteção de crianças e adolescentes.

O Ministério Público e a Defensoria Pública podem atuar em conjunto com a Secretaria de Segurança, de maneira integrada com o município / estado, com o objetivo de fomentar melhores práticas de segurança em diferentes territórios.

Nos territórios onde a relação com os órgãos de segurança é delicada, por consequência de históricos de abusos ou desconfiança, é fundamental que haja uma abordagem participativa, em que a **comunidade local esteja envolvida** nas decisões e estratégias de segurança. Isso não apenas ajuda a fortalecer os laços entre os órgãos de segurança e justiça e os cidadãos, mas também assegura que as ações tomadas estejam alinhadas com as necessidades e realidades específicas de cada território. Um bom exemplo é a implementação de **polícias comunitárias e ronda escolar**, que devem contar com uma **formação diferenciada**.

Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um dos maiores aliados na prevenção e enfrentamento ao risco de abandono da escola e à exclusão escolar relacionados à violência no território. Os(as) profissionais dos equipamentos da Assistência Social atuam na **identificação de famílias em situação de vulnerabilidade**, bem como na oferta de serviços, benefícios, projetos e programas que têm por objetivo reverter esse cenário.

No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as famílias podem receber orientações sobre benefícios assistenciais e ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal. Há também a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fundamentais para **fortalecer a convivência** com a família e com a comunidade. As equipes do CRAS têm amplo conhecimento sobre a realidade dos territórios e também podem contribuir para compreender as dinâmicas violentas locais.

Quando o risco de abandono ou a exclusão escolar estão relacionados à violência no território, o encaminhamento ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) também pode ser necessário, tendo em vista que este é o equipamento especializado em atender crianças, adolescentes e famílias que vivenciam **situações de violações de direitos**, atuando no acompanhamento dos casos que envolvam situações de violência. Uma de suas principais atribuições é a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), cujo público-alvo são pessoas e famílias que sofrem algum tipo de violação de direito, como: violência física e/ou psicológica, negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras.

Mesmo em municípios de pequeno porte, ou seja, com até 20 mil habitantes, onde não exista um CREAS municipal, o PAEFI deve ser disponibilizado no CREAS Regional.

Saúde

A área da Saúde tem um papel vital no reconhecimento e no atendimento de casos que envolvam violência e exclusão escolar / risco de abandono da escola. Diferentes serviços compõem essa área.

Unidades Básicas de Saúde (UBS): profissionais como pediatras e agentes comunitários(as) têm **contato direto com as famílias** e podem identificar crianças e adolescentes fora da escola, acionando a Busca Ativa Escolar, ou mesmo já podem fazer parte das equipes da estratégia.

Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF): por meio de uma **atuação multidisciplinar**, pode-se identificar problemas no contexto familiar e comunitário que estejam associados à violência e exclusão escolar, propondo intervenções integradas.

Programas de Saúde Mental: a exposição à violência no território pode levar a diversos **efeitos negativos no bem-estar emocional e na saúde mental** de crianças e adolescentes, incluindo baixa autoestima, ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), além de impactos na autoconfiança e na capacidade de construir relações afetivas saudáveis e duradouras. Por isso, a importância da articulação com as equipes de Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi), Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS I e II).

Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Principalmente em territórios vulnerabilizados, com diversas manifestações de violência, as organizações da sociedade civil devem ser parceiras estratégicas. Em razão de seu **conhecimento sobre o território**, as OSCs podem colaborar na construção de um diagnóstico preciso da região e auxiliar na identificação de crianças e adolescentes que não frequentam a escola.

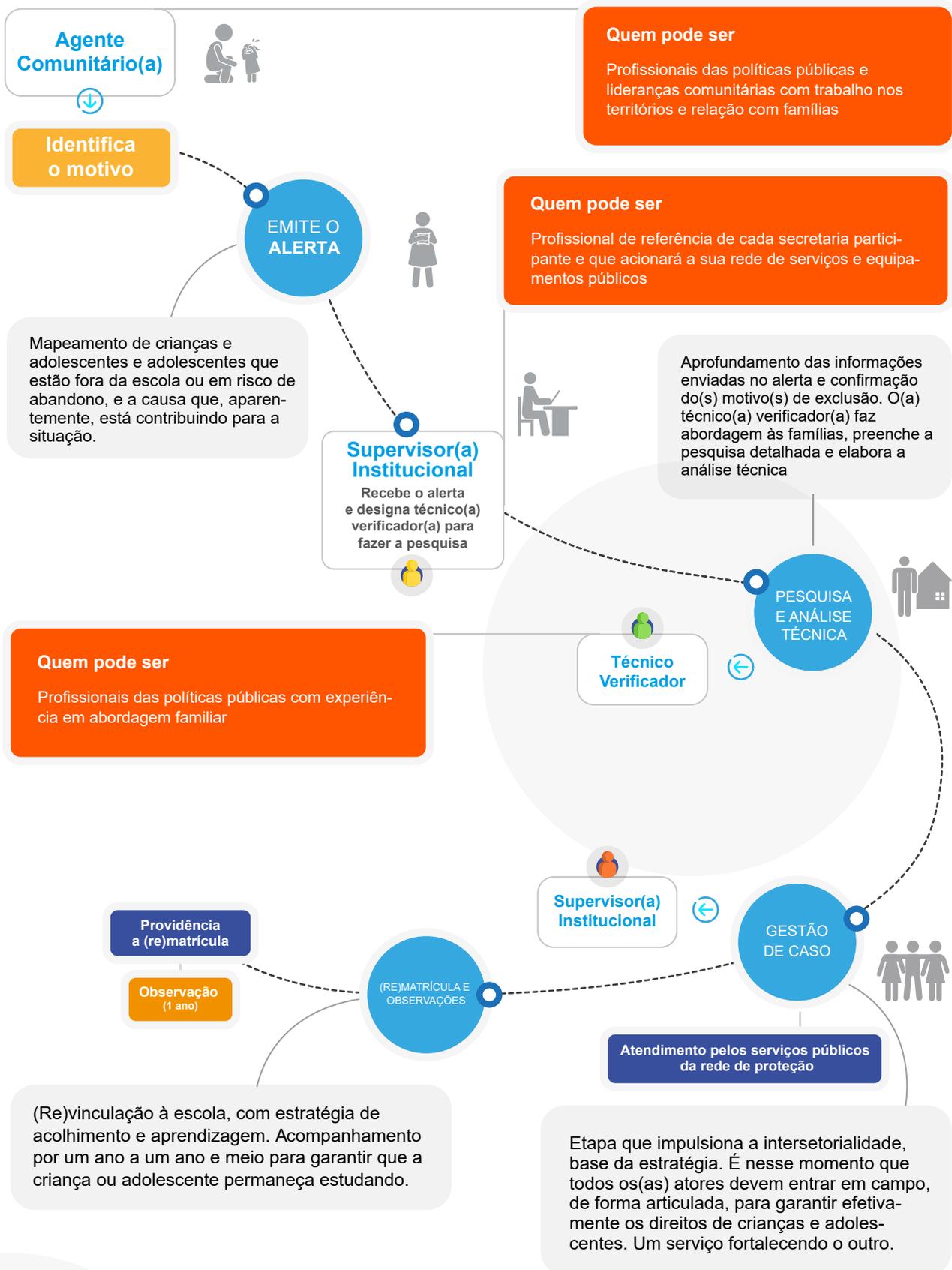
Para refletir



Como podemos promover uma atuação interinstitucional e integrada entre a escola, o Conselho Tutelar, os órgãos da Justiça e a Segurança Pública, para enfrentar a exclusão escolar e o risco de evasão causados pela violência no território?

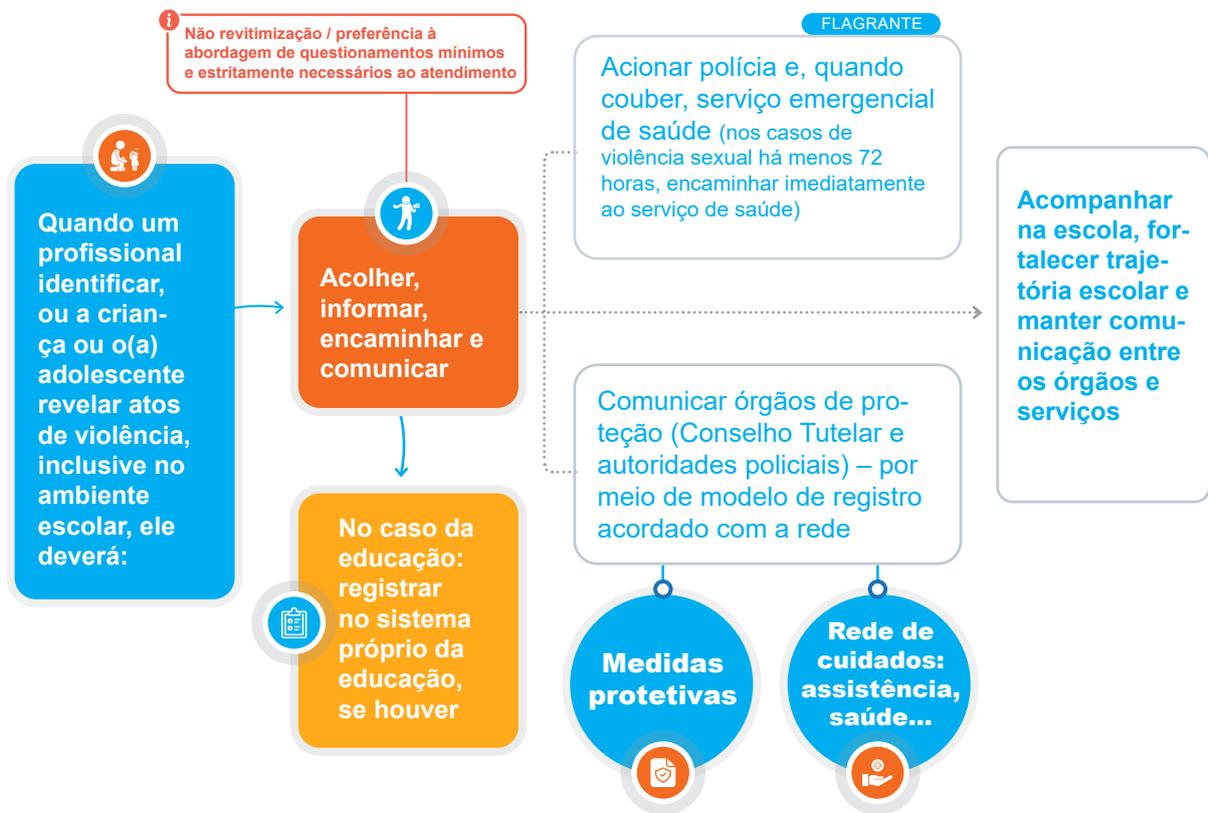
No seu município / estado, os(as) profissionais que atuam em programas de enfrentamento à violência e em políticas / serviços que atendem esses casos fazem parte das equipes da Busca Ativa Escolar?

FLUXO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR



Etapa que impulsiona a intersetorialidade, base da estratégia. É nesse momento que todos os(as) atores devem entrar em campo, de forma articulada, para garantir efetivamente os direitos de crianças e adolescentes. Um serviço fortalecendo o outro.

SÍNTESE DO FLUXO DE ATENDIMENTO NA PROTEÇÃO



Integração dos fluxos:



ALERTA, PESQUISA E ANÁLISE TÉCNICA: O QUE OBSERVAR

É importante que os(as) agentes comunitários(as) e os(as) técnicos(as) verificadores(as) fiquem atentos para identificar possíveis situações de violência no território que colaborem para o risco de abandono ou a exclusão escolar. Na etapa do ALERTA, a violência no território deve ser reportada, no formulário, com o motivo “Violência no território”.

Na etapa de PESQUISA E ANÁLISE TÉCNICA, no campo “Detalhamento da Análise”, deve-se documentar de forma clara e objetiva o que foi observado durante a pesquisa de campo. Por exemplo: se a situação envolve uma criança ou adolescente impactado(a) por violência no território, é possível indicar que ele(a) mora em uma região com altos índices de violência, onde ocorrem frequentes confrontos entre gangues rivais, o que provoca constantes interrupções das aulas e cria um ambiente inseguro para o deslocamento até a escola.

Nesse momento, algumas práticas devem ser adotadas para identificar crianças e adolescentes em risco de abandono ou em exclusão escolar em função da violência no território:

Atenção aos índices

É recomendável realizar busca ativa nos territórios com altos índices de violência, identificando crianças e adolescentes que nunca acessaram a escola ou que estão fora dela há muitos anos.

Muitos territórios enfrentam **sérios problemas** de segurança pública. Isso inclui a presença de grupos armados e riscos de violência que limitam o movimento das pessoas e o funcionamento de instituições. Contudo, é vital que, de algum modo, essas crianças e adolescentes **não fiquem sem assistência** por causa dessas adversidades, e que se desenvolvam ações com o poder público para assegurar seu atendimento. Se uma organização da sociedade civil (OSC) estiver envolvida na Busca Ativa Escolar, ela pode **contar com o suporte** da administração e dos profissionais públicos envolvidos na estratégia, a fim de auxiliar no trabalho nesses territórios.

Parcerias no território

Uma boa prática a ser adotada é **promover parcerias** com organizações locais, líderes comunitários(as), associações de moradores e outros atores sociais locais para ampliar a busca ativa e identificar casos de exclusão escolar relacionados à violência no território. Isso é especialmente importante em contextos onde outros serviços públicos não estão presentes justamente em função da violência.

Confira o guia *Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar*, que orienta sobre como valorizar as OSCs por seu papel relevante nos territórios, buscando sua contribuição para a Busca Ativa Escolar.

 PDF[Clique aqui](#)

Sinais dados pelo(a) estudante

Deve-se observar o comportamento das crianças e adolescentes no ambiente escolar, como isolamento, agressividade, medo ou ansiedade, que podem ser indicadores de exposição à violência no território.

Atenção ao desempenho escolar

O desempenho escolar também deve ser observado, em especial os casos de repetência ou reprovação, pois a violência no território pode gerar desmotivação e estresse emocional, com impactos no aprendizado.

Mudanças de turno ou modalidade

Também demandam atenção os casos de solicitação de mudança de turno escolar ou para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Uma mudança para o turno noturno ou para a EJA pode ser solicitada porque a violência no território afeta o acesso à educação regular. Em outros casos, a escola pode ofertar a modalidade EJA no turno noturno, mas as famílias acabam desistindo da matrícula justamente por medo de deixar os(as) filhos(as) estudarem à noite.

Ampliando Olhares

Algumas causas associadas à violência no território, como a violência armada e o envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico de drogas, são mais facilmente identificadas. No entanto, outras causas também podem estar relacionadas à violência nos territórios e à exclusão escolar e risco de evasão e, portanto, merecem um olhar atento por parte dos(as) profissionais da estratégia. O quadro a seguir traz alguns exemplos:

Motivos da exclusão escolar	Relação com a violência no território
<p>Doenças que impedem e/ou dificultam a frequência escolar</p> 	<p>A exposição à violência no território está associada a vários efeitos negativos no bem-estar emocional e na saúde mental de crianças e adolescentes. Entre esses efeitos, estão: baixa autoestima, ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).</p>
<p>Desinteresse pela escola</p> 	<p>A violência no território pode levar ao desinteresse pelos estudos, por causa do desânimo ou desesperança em relação ao futuro, fazendo com que a motivação para estudar diminua.</p>
<p>Violência na escola e da escola</p> 	<p>A violência no território pode afetar as relações entre estudantes, funcionários(as), professores(as) e gestores(as) no ambiente escolar, causando conflitos entre eles(as).</p>
<p>Mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes</p> 	<p>Famílias que buscam escapar da violência ou que são forçadas a mudar de residência devido a ameaças, enfrentam dificuldades para manter a estabilidade na vida escolar das crianças e adolescentes, contribuindo para a evasão escolar.</p>

Motivos da exclusão escolar	Relação com a violência no território
<p>Gravidez</p> 	<p>A gravidez de crianças e adolescentes com menos de 14 anos é considerada estupro de vulnerável no Brasil, independentemente de consentimento ou violência física. Mesmo em casos de gravidez de adolescentes com idade superior a 14 anos, é importante ter atenção, pois, em diferentes contextos territoriais, a violência sexual pode ser usada como forma de poder e controle sobre o corpo e a vida das crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente quando ocorre em contexto de desigualdade social, de gênero ou de disputa de poder territorial.</p>
<p>Distância e falta de transporte escolar</p> 	<p>Caminhos inseguros e ausência de infraestrutura adequada dificultam o acesso e a frequência regular das crianças e adolescentes à escola, aumentando o risco de evasão escolar. Por exemplo: falta de iluminação pública ou ruas divididas por gangues podem ser fatores que impedem o deslocamento para a escola.</p>
<p>Infraestrutura escolar</p> 	<p>Quando a escola não é percebida como um espaço seguro e acolhedor, especialmente em áreas com episódios de violência, crianças e adolescentes podem se sentir desencorajados a frequentar as aulas. A insegurança, tanto no interior, quanto no entorno da escola, pode afetar a motivação dos(as) estudantes e ocasionar baixa participação nas atividades escolares.</p>

GESTÃO DOS CASOS

A etapa de GESTÃO DE CASO permite conhecer a condição da criança e do(a) adolescente e os fatores associados à exclusão escolar, assim como providenciar os atendimentos necessários para ele(a) e sua família. Nas situações de violência no território, é recomendado que os membros do Comitê

Gestor se reúnam para estudar a melhor forma de promover os encaminhamentos e o acionamento da rede protetiva responsável pela Lei 13.431, que institui o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Neste momento, é importante que o Comitê Gestor da Busca Ativa e o Comitê de Gestão Colegiada do SGDCA Vítimas ou Testemunhas de Violência estejam em contato, para que **não haja sobreposição de ações.**

Na etapa de gestão do caso no contexto da Busca Ativa Escolar, sendo verificado que uma das causas da exclusão é a violência no território, a equipe deve acionar os órgãos responsáveis pelas providências

necessárias. Nesse sentido, a Busca Ativa Escolar acompanha o caso na perspectiva da **inclusão escolar**, mas **alinhada ao atendimento integral** ofertado pela rede de proteção.

Atendimento integral

Nos encaminhamentos relativos à rede de proteção, devem ser acionados, conforme a necessidade, os **serviços estratégicos identificados no Plano de Ação** (Segurança Pública, Justiça, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar etc.).

O encaminhamento para o Conselho Tutelar deve ser feito para que o órgão possa **acompanhar o caso**, oferecer orientações à família e, **se necessário, fazer denúncias** às autoridades competentes.

Nos casos que demandam atuação da Assistência Social, crianças e adolescentes e suas famílias podem ser encaminhadas para o CRAS, onde poderão receber informações sobre **benefícios assistenciais**, inscrição no CadÚnico, além de acesso ao PAIF e SCFV. O encaminhamento para o CREAS, especializado em atender aqueles que vivenciam **violações de direitos**, também deve ser considerado.

O atendimento na área da Saúde deve se dar pelo **encaminhamento à Unidade Básica de Saúde (UBS)**, para uma avaliação inicial de saúde e bem-estar. Dependendo da avaliação, deve-se direcionar o caso para **serviços especializados**, como NASF, CAPSi, CAPS-AD, CAPS I e II, para atendimento psicológico ou tratamento específico relacionado aos traumas ou outras questões de saúde identificadas.

Se a criança ou o(a) adolescente estiver exposto a grave e iminente **ameaça de morte**, deve ser encaminhada ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), que tem como objetivo garantir sua proteção nessas situações, colocando-o em local protegido e sigiloso (novo endereço junto com a família, acolhimento institucional ou moradia independente). Os(as) profissionais responsáveis por operacionalizar o fluxo da Lei 13.431, no município, deverão solicitar a **inclusão de casos no Programa**, por meio do Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário ou Defensoria Pública.

Há ainda situações que podem demandar a atuação da **área de infraestrutura** para garantir, por exemplo, iluminação adequada nos caminhos percorridos por crianças e adolescentes.

Se a situação for emergencial e necessitar de proteção imediata, antes da conclusão do processo de avaliação, que pode demorar até 30 dias, o(a) conselheiro(a) tutelar deve procurar os órgãos de Segurança Pública e Justiça (Defensoria Pública, Ministério Público ou Poder Judiciário), solicitando a **proteção e garantia da integridade física** da criança ou adolescente ameaçado(a), enquanto a análise é realizada.

(RE)MATRÍCULA E OBSERVAÇÕES

A violência no território pode impactar significativamente o desenvolvimento emocional, social e escolar de crianças e adolescentes. Por isso, acompanhar e apoiar crianças e adolescentes que, de alguma maneira, vivenciam esse tipo de violência, é fundamental para assegurar sua permanência, bem-estar e sucesso escolar. Vale lembrar que a etapa de (RE)MATRÍCULA deve

ser realizada mesmo nas situações em que a criança ou o(a) adolescente já esteja matriculado(a), mas corre o risco de abandonar a escola. E o período de OBSERVAÇÃO recomendado é de, no mínimo, um ano.

Para realizar esse acompanhamento, professores(as) e profissionais da escola podem adotar algumas estratégias, como:



Estabelecer um ambiente seguro e acolhedor na escola: um clima de confiança e respeito é essencial para que crianças e adolescentes se sintam à vontade para compartilhar preocupações e dificuldades.



Acompanhar o engajamento e o desempenho escolar: é importante identificar possíveis dificuldades de aprendizado e providenciar apoio pedagógico adequado. Diante de sinais de desengajamento e risco de abandono escolar, devem ser adotadas medidas preventivas, como acompanhamento individualizado, atividades de reforço e engajamento com a família.



Manter contato com a família: a escola deve estabelecer uma relação de parceria com as famílias, compartilhando informações sobre o desempenho e o bem-estar dos(as) estudantes e colaborando na busca por soluções e apoio.



Oferecer suporte emocional, psicológico e socioassistencial: uma equipe multidisciplinar na escola, com psicólogos(as) e assistentes sociais, pode ajudar a lidar com a violência, favorecendo a revinculação e a permanência na escola.

FORTALECIMENTO DA INTERSETORIALIDADE E DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Para assegurar a efetividade da Busca Ativa Escolar, é crucial que o Comitê Gestor, responsável pela mobilização da comunidade e pela adaptação da estratégia às diversas realidades, considere os diferentes territórios que compõem o município e o estado. Um conhecimento efetivo da violência nos territórios, com dados de diferentes setores das políticas públicas, é a base para se promover ações preventivas e de intervenção precoce, minimizando os efeitos da exclusão escolar e o risco de abandono da escola.

Nesse sentido, a **intersectorialidade** deve ser destacada como premissa fundamental da Busca Ativa Escolar, numa atuação que envolve diferentes áreas, como a Saúde, a Assistência Social, a Cultura, a Segurança Pública e a sociedade civil. Além disso, a estratégia também oportuniza o fortalecimento do regime de colaboração entre município e estado, algo especialmente importante para o enfrentamento da violência nos territórios.

Em muitos casos, a violência no território

pode ser o principal motivo para que serviços básicos não consigam chegar a determinadas localidades do município ou estado. E essa restrição de circulação, além de ter relação com a exclusão escolar e com o risco de abandono da escola, também pode afetar o trabalho das equipes da Busca Ativa Escolar. É por isso que essas **equipes precisam ser valorizadas e apoiadas** em seu papel fundamental de identificação, acolhimento e atendimento de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandoná-la por causa da violência no território.

Para ter sucesso nesse esforço, a Busca Ativa Escolar precisa trabalhar em estreita colaboração com diversas partes interessadas, incluindo escolas, famílias, organizações da sociedade civil e a rede de proteção. Esse é mais um aspecto que põe em destaque o **regime de colaboração entre estados e municípios**. Todos têm um papel importante a desempenhar para garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à educação de qualidade.

MATERIAIS PARA CONSULTA

Publicações

A educação que protege contra a violência. UNICEF, 2019. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf

As violências contra crianças e adolescentes no Brasil. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/12-anuario-2022-as-violencias-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil.pdf>

Avanços e desafios no atendimento integrado de crianças e adolescentes vítimas de violência: um estudo de caso do Centro 18 de Maio – DF. Santos, Benedito R. INDICA, 2020. Disponível em: site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/depoimento_especial/Avancos_e_Desafios_no_atendimento_Integrado_INDICA_V7.pdf

Centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violências: boas práticas e recomendações para uma política pública de Estado. Santos, Benedito R.; Magalhães, Daniella R.; Gonçalves, Itamar B. Childhood Brasil, 2017. Disponível em: ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/centros-de-atendimentos-integrado-a-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias-centros-de-atendimentos-integrado-boas-praticas.pdf

Comunidade escolar na resposta às violências: recomendações para gestores, professores e equipes da educação e dos demais serviços territoriais. UNICEF, 2021. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/12701/file/comunidade-escolar-na-resposta-as-violencias.pdf

Cuidar sem violência, todo mundo pode! Guia prático para famílias e comunidades. Instituto Promundo; Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, 2003. Disponível em: www.promundo.org.br/cuidar-sem-violencia-todo-mundo-pode

Ensinar a se proteger: a autoproteção de crianças como estratégia de enfrentamento às violências. Mendonça, Valeria N. T. (Org.). Ed. UFPE, 2022. Disponível em: editora.ufpe.br/books/catalog/

[view/817/819/2849](#)

Guia prático para implementação da política de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Conselho Nacional do Ministério Público, 2019. Disponível em: www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2020/LIVRO_ESCUTA_PROTEGIDA_MENOR_10.pdf

Identificação e notificação dos maus-tratos infantis no setor educacional. Bazon, Marina R.; Faleiros, Juliana M. Paidéia, 2013. Disponível em: www.scielo.br/j/paideia/a/jcvprSjX9X7GKgPYhKN6xct/?format=pdf&lang=pt

Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência. Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescentes, 2017. Disponível em: primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Parametros-de-Escuta.pdf

Pesquisa nacional da situação de violência contra as crianças no ambiente doméstico. Barreto, Águeda P. M.; Moura; Cristiano S.(Coord.). Childfund Brasil, 2023. Disponível em: childfund.next.homolog.inf.br/dashboard/wp-content/uploads/2024/09/Relato%CC%81rio_18.04.2023.pdf

Preparando escolas para a volta às aulas presenciais: um olhar para as crianças e os adolescentes vítimas de violência. Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2020. Disponível em: www.coalizaobrasileira.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Preparando-as-escolas-para-a-volta-a-a%CC%80s-aulas-presenciais.pdf

Violência contra crianças e adolescentes no Brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança pública. Reinach, Sofia; Burgos, Fernando. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/12-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-no-brasil-a-urgencia-da-parceria-entre-educacao-e-seguranca-publica.pdf

Violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes: o papel da prevenção. Fundação José Luiz Egydio Setúbal, 2022. Disponível em: fundacaojles.org.br/wp-content/uploads/2022/12/3-forum-violencia-e-maus-tratos-contras-criancas-adolescentes.pdf

Sites de organizações de referência

Atlas da Violência (IPEA e FBSP) – seção ‘Juventude Perdida’: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/2/juventude-perdida>

Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes: www.coalizaobrasileira.org.br

Fórum Brasileiro de Segurança Pública:
forumseguranca.org.br

Mapa da Violência (FLACSO):
flacso.org.br/project/mapa-da-violencia

Observatório de Favelas:
observatoriodefavelas.org.br/acervo-of

Podcasts

FAvelaPOD #2 – Bate-papo com Conselheiros Tutelares CRIAs da Maré: <https://open.spotify.com/episode/5oDAIQmOuDySkYnxW1dKTV?si=51ecdee1cedf473d>

Prioridade Absoluta #28 - Lei da Escuta Protegida (TJDFT Podcast): <https://podcasters.spotify.com/pod/show/tjdftoficial/episodes/Prioridade-Absoluta-28-Lei-da-Escuta-Protegida-evoluo-e-trabalho-em-rede-e1llrd>

Violências e resistências nos territórios populares (Labcidade): www.labcidade.fau.usp.br/violencias-e-resistencia-nos-territorios-populares-serie-especial-de-podcasts-esta-no-ar/